

Cadernos Teologia Pública

Mater et Magistra – 50 Anos

Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

ano VIII - número 54 - 2011

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS




UNISINOS
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Mater et Magistra – 50 Anos

Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos Teologia Pública

Ano VIII – Nº 54 – 2011

ISSN 1807-0590

Responsável técnica

Cleusa Maria Andreatta

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

MS Ana Maria Formoso – Unisinos

Prof. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Prof. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dra. Edla Eggert – Unisinos – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Faustino Teixeira – UFJF-MG – Doutor em Teologia

Prof. Dr. José Roque Junges, SJ – Unisinos – Doutor em Teologia

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin – PUCRS – Doutor em Teologia

Prof. Dra. Maria Clara Bingemer – PUC-Rio – Doutora em Teologia

Prof. MS Maria Helena Morra – PUC Minas – Mestre em Teologia

Prof. Dra. Maria Inês de Castro Millen – CES/ITASA-MG – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner – EST-RS – Doutor em Teologia

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, culturas e religiões de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Busca-se, assim, a participação ativa nos

debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, especialmente, a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, no diálogo com as diferentes concepções de mundo e as religiões, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Mater et Magistra – 50 Anos

Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

Apresentação

A entrevista a seguir foi concedida ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU pelo Prof. Dr. José Oscar Beozzo, doutor em História Social e membro da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina – CEHILA no Brasil e na América Latina. Segundo o historiador, a encíclica de João XXIII, na prática, “deu vigoroso impulso à linha de compromisso social da Igreja do Brasil”. Para ele, a herança mais fecunda da encíclica em solo brasileiro foi a criação e os trabalhos da Pastoral da Terra, fundada em 1975, e o documento da CNBB A Igreja e os problemas da terra, de 1980. “Em termos econômicos e

sociais, a novidade da Mater et Magistra foi trazer para o horizonte da questão social os graves problemas do setor agrícola e dos trabalhadores do campo; o grito dos que passam fome; a dificuldade do acesso à terra para os que nela trabalham; os desequilíbrios entre a agricultura; a indústria e os serviços e ainda as injustas disparidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, vistas como grave ameaça à paz mundial”.

A entrevista, aqui publicada na íntegra, foi parcialmente publicada na Revista *IHU OnLine* 360, Ano XI, 09.05.2011.

Confira a entrevista.

Em 2011, completam-se os 50 anos de um dos principais documentos oficiais da Igreja sobre a questão social, a encíclica “Mater et Magistra” de João XXIII. A que conjuntura mundial o Papa buscava se dirigir com esse texto, especificamente nesse momento?

O subtítulo da MM apontava como horizonte de sua conjuntura “a recente evolução da questão social”, tomando como ponto de partida a mensagem de Pio XII, na festa de Pentecostes de 1941, por ocasião do cinqüentésimo aniversário da *Rerum Novarum* de Leão XIII¹.

Para os vinte anos que se seguiram, João XXIII assinalou mudanças em três diferentes áreas:

1. No campo científico, técnico e econômico: “a descoberta da energia nuclear, as suas primeiras aplicações para fins bélicos e depois a sua utilização cada vez maior para fins pacíficos; as possibilidades ilimitadas abertas pela química aos produtos sintéticos; a difusão da

automação e da automação no setor industrial e no dos serviços de utilidade geral; a modernização do setor agrícola; o quase desaparecimento das distâncias nas comunicações, sobretudo por causa do rádio e da televisão; a rapidez crescente dos transportes; e o princípio da conquista dos espaços interplanetários” (MM 47).

2. No campo social: “a difusão dos seguros sociais e, nalgumas Nações, economicamente desenvolvidas, o estabelecimento de sistemas de previdência social; a formação e extensão, nos movimentos sindicais, duma atitude de responsabilidade perante os maiores problemas econômicos e sociais; a elevação progressiva da instrução de base; um bem-estar cada vez mais generalizado; a crescente mobilidade social e a conseqüente remoção das barreiras entre as classes; o interesse do homem de cultura média pelos acontecimentos diários de repercussão mundial. Além disso, o aumento da eficiên-

¹ Há discrepâncias na tradução da MM para o português, segundo as edições publicadas por diferentes editoras, o que gerou bastante controvérsia na época, notadamente quanto a termos como “socialização”. O texto oficial latino publicado no *Osservatore Romano*, na edição de 15-07-1961, não vinha numerado por parágrafos e tampouco a tradução para o italiano, publicada na mesma edição do jornal. Aqui, no Brasil, a tradução das Vozes (Documentos Pontifícios 135) numera os parágrafos de 1 a 258; a da Revista Síntese da PUC-Rio, de 1 a 278; a das Paulinas, de 1 a 242; a dos Cadernos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, de 1 a 265. Seguimos a tradução e a numeração da Editora José Olympio (*As Encíclicas Sociais de João XXIII: Mater et Magistra – Comentários atualizados com a Pacem in Terri*, vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963), dado seu caráter mais cuidadoso e crítico. A tradução foi realizada diretamente do latim e cotejada com outras traduções em línguas vivas. Ela numera os parágrafos de 1 a 264, como o fazem a tradução da BAC, em espanhol; a da Action Populaire, em francês e a da Herder, em alemão.

cia dos sistemas econômicos, em cada vez maior número de Países, evidencia mais ainda os desequilíbrios econômicos e sociais entre o setor agrícola, por um lado, e o setor da indústria e dos serviços de utilidade geral, por outro; e entre zonas economicamente desenvolvidas e zonas menos desenvolvidas no interior de cada País. No plano internacional são mais melindrosos ainda, os desequilíbrios econômicos e sociais entre países economicamente desenvolvidos e Países em via de desenvolvimento” (MM 48).

3. **No campo político:** “em muitos Países, a participação na vida pública dum número cada vez maior de cidadãos de diversas condições sociais: a difusão e a penetração da atividade dos poderes públicos no campo econômico e social. Acresce, além disso, no plano internacional, o declínio dos regimes coloniais e a conquista da independência política conseguida pelos povos da Ásia e da África; a multiplicação e a complexidade das relações das relações entre os povos e o aumento da sua interdependência; a criação e o desenvolvimento de uma rede cada vez mais estreita de organismos de projeção mundial, com tendência a inspirar-se em critérios supranacionais: organismos de finalidades econômicas, sociais, culturais e políticas” (MM 49).

Por detrás de cada um dos campos mencionados, encontravam-se eventos, alguns dramáticos, outros espetaculares: na área **técnica e científica**, a entrada do mundo na era nuclear, com o holocausto da população civil de Hiroshima e Nagasaki, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945; e sua entrada na era espacial, com o lançamento, em 1957, do Sputnik, o primeiro satélite artificial da terra, e a 12 de abril de 1961, do primeiro homem ao espaço, o cosmonauta soviético, Yuri Gagarin, a bordo da nave Vostok 1.

No campo **social**, o Papa apontava o papel crescente dos sindicatos na melhoria das condições de trabalho e da previdência social, mas também o desequilíbrio entre um setor agrícola “atrasado” frente à rápida “modernização” da indústria e dos serviços.

Na esfera internacional, acenava já para as desigualdades e tensões entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos que estariam no centro da encíclica *Populorum Progressio* (1967) do seu sucessor, Paulo VI.

No campo **político**, apontava o abalo dos colonialismos, com a sucessão das independências dos países colonizados pelo império britânico, (Índia e Paquistão, 1947; Sudão, 1956, Gana, 1957, Nigéria, 1960), holandês (Indonésia, 1949), italiano (Líbia, 1951, Somá-

lia italiana, 1960), francês (Vietnã, 1954; Tunísia e Marrocos, 1956); espanhol (Marrocos espanhol, 1956). A conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, deu vida ao novo protagonismo internacional de muitas ex-colônias da Ásia e África agrupadas no Movimento dos Países não alinhados, consubstanciando seu desejo de escapar do círculo de ferro da guerra fria que opunha Estados Unidos e União Soviética. O ano de 1960 foi marcado pela tumultuada independência do Congo belga e das colônias francesas africanas (Camarões, Togo, Senegal, Madagascar, Benin, Niger, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Chade, Congo Brazaville, Gabão, Mali, Maurítânia), com exceção da Argélia que só foi liberada, após sangrenta guerra que durou de 1954 a 1962. Do ponto de vista eclesial, João XXIII respondeu ao movimento de descolonização africana, de forma rápida e corajosa, substituindo os arcebispos e bispos em função, todos eles missionários franceses, belgas, ingleses, por uma centena de jovens presbíteros locais, muitos deles apenas entrados em sua terceira década de vida. Ao serem substituídos por bispos africanos, alguns desses bispos missionários estrangeiros na África vieram parar no Brasil, como Mons. José Florisberto Cornelis, monge beneditino belga, arcebispo de Lubumbashi (Elisabethville no Katanga congolês), que foi acolhido como auxiliar de Salvador na Bahia e, posterior-

mente, como bispo de Alagoinhas, BA (1974-1986) e Mons. Gérard Milleville, francês, arcebispo de Conakry (1954-1962), na República da Guiné, recebido por Dom Delgado, como se auxiliar, em Fortaleza (CE), em 1964.

Em meio à euforia das independências, a Encíclica já advertia para a sombra insidiosa do neo-colonialismo, sob o disfarce de cooperação técnica e financeira e de ajuda ao desenvolvimento:

Onde quer que isto se verifique, deve-se declarar, explicitamente, que estamos diante de uma nova forma de colonialismo, a qual, por mais habilmente que se disfarce, não deixará de ser menos dominadora que a antiga, que muitos povos deixaram recentemente. E essa nova forma prejudicaria as relações internacionais, constituindo ameaça e perigo para a paz mundial (MM 172).

João XXIII prega, ao contrário, uma nova postura de cooperação internacional desinteressada e solidária.

Quais foram as grandes novidades do documento – em termos eclesiais, econômicos e sociais – e, analisando os percursos históricos desde então, quais foram as suas limitações?

Em termos **eclesiais**, destacamos três novidades:

- ▶ A Igreja apresenta-se, assim o sublinha o próprio título da Encíclica, como *Mater et Magistra*, Mãe

e Mestre. A ênfase, entretanto, recai sobre sua dimensão de Mãe, que mais anima do que reprova, mais corrige do que condena, mais ama do que recrimina. Insiste-se na justiça, mas acompanhada de misericórdia, e faz-se apelo às reservas de altruísmo, bondade e solidariedade presentes nos seres humanos e mesmo nas Nações, contrariando o mote corrente, de corte exclusivista e egoísta de que “Nações não têm amigos, mas só interesses”.

- ▶ Antecipa o que será a marca registrada de sua encíclica de dois anos depois, a *Pacem in Terris*, em que, por primeira vez, um documento pontifício é endereçado não apenas ao “episcopado, ao clero e aos fieis”, mas “a todos os homens de boa vontade”. Dirigindo-se João XXIII a grande multidão de fieis reunidos na Praça São Pedro, no dia 14 de maio de 1961, às vésperas do dia em que deveria ser proclamada a Encíclica, ele deixa escapar quais eram, segundo seu coração, os destinatários da mesma:

Queremos confessar-vos que o nosso plano era, na verdade, oferecer-vos e a toda a Igreja Católica, justamente no dia do faustíssimo transcurso dos 70 anos da *Rerum Novarum* – 1891 – 15 de maio – 1961 – este terceiro documento de valor universal, em forma de Carta Encíclica: ampla, solene. Temos a alegria de vos assegurar que a promessa está mantida: a Encíclica está pronta. Mas a solicitude de fazê-la chegar a todos os que acreditam em Cristo e a *todas as almas retas espalhadas pelo mundo* (grifo nosso), à mesma hora, no texto oficial latino e nas várias línguas faladas, Nos aconselha a retardar um pouco a entrega do texto².

A preocupação de que texto chegasse, ao mesmo tempo e em todo o mundo, nas diversas línguas, em não apenas em latim, fez com que a Encíclica só fosse divulgada dois meses depois em 15 de julho de 1961. Essa preocupação do Papa, que ele chamou de “solicitude”, demonstra cabalmente que sua Carta Encíclica estava dirigida não tanto aos estreitos círculos eclesiais, que presumivelmente podiam ler e entender o latim, mas aos cristãos comuns e, para além das fronteiras da Igreja e dos crentes, a “*todas as almas retas, espalhadas pelo mundo*”.

² João XXIII, Aos Trabalhadores de todo o mundo. Roma, 14-05-1961, in *As Encíclicas Sociais de João XXIII: Mater et Magistra – Comentários atualizados com a Pacem in Terris*, vol. I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, p. XXIV.

► Ao apontar os trabalhadores e os leigos em geral como protagonistas da ação pela transformação das estruturas injustas na esfera econômica e social, o Papa rompe o círculo estreito do mundo eclesialístico. Afirma que a construção de um mundo mais justo é tarefa de todas as pessoas e também das instituições civis nacionais e internacionais, dos Estados e dos sindicatos. É neste sentido que se deve compreender o, até então, inusitado apoio oferecido, num documento pontifício, a duas organizações internacionais, a Organização Internacional do Trabalho, a OIT³ e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, a FAO⁴.

Sobre a OIT, assim se expressa o Papa:

Nem podemos aqui deixar de dirigir nossas homenagens e manifestar nossa estima à Organização Internacional do Trabalho. Há anos ela vem trabalhando, de maneira inteligente e eficaz, para implantar em todo o mundo uma ordem econômica e social conforme as normas de justiça e de humanidade, na qual os legítimos direitos dos trabalhadores sejam reconhecidos e respeitados (MM 103).

Acerca da FAO declara João XXIII:

Não podemos deixar de manifestar aqui, a nossa especial estima às iniciativas da instituição conhecida abreviadamente por FAO, que se ocupa do problema da alimentação dos povos e do fomento da agricultura. Com efeito, esta organização se propõe, especialmente, apoiar as relações mútuas dos povos, promover a modernização da agricultura nos países economicamente

³ A OIT (Organização Internacional do Trabalho) foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial. A sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes. Em 1944, à luz dos efeitos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a OIT adotou a Declaração da Filadélfia como anexo da sua Constituição. A Declaração antecipou e serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1969, em seu 50º aniversário, a Organização foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. Em seu discurso, o presidente do Comitê do Prêmio Nobel afirmou que a OIT era “uma das raras criações institucionais das quais a raça humana podia orgulhar-se”. Em 1998, foi adotada a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. O documento é uma reafirmação universal da obrigação de respeitar, promover e tornar realidade os princípios refletidos nas Convenções fundamentais da OIT, ainda que não tenham sido ratificados pelos Estados Membros. (Cfr. <http://www.oit.org.br/inst/hist/index.php>)

⁴ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla de *Food and Agriculture Organization*) é uma organização das Nações Unidas cujo objetivo declarado é elevar os níveis de nutrição e de desenvolvimento rural. A FAO foi fundada a 16 de outubro de 1945, no Quebec, Canadá. Em 1951, sua sede foi transferida para Roma. Em 2000, tinha 181 membros (180 países e a União Européia).

menos desenvolvidos e, enfim, ajudar os povos vítimas das penúrias da subalimentação (MM 156).

► Num plano mais delicado, a MM, aborda a cooperação dos católicos, na construção de um mundo mais justo, com pessoas de outros credos e, ainda, com os que declaram agnósticos ou ateus – leia-se, nas entrelinhas, pessoas engajadas em movimentos sociais e políticos de corte socialista. Naquele momento, era vivo o debate na Itália acerca de uma “apertura alla sinistra”, “abertura à esquerda”, que propugnava uma aliança entre a Democracia Cristã e o Partido Socialista. No Brasil, era grande a tensão da hierarquia com a JUC (Juventude Universitária Católica), por causa de sua aliança com estudantes de outras forças de esquerda, tendo em vista a conquista nas eleições para a direção da União Nacional de Estudantes (UNE).

Sobre o tema, assim se exprime a Encíclica:

Os católicos no exercício de suas atividades econômicas e sociais, não raro se relacionam com pessoas que têm uma concepção de vida diferente. Nessas ocasiões, eles devem ter todo o cuidado em permanecer sempre coerentes consigo mesmos, sem admitir concessões que representem qualquer prejuízo para a integridade da

religião ou da moral. Por outro lado, mostrem-se solícitos em acolher com equidade e boa vontade, o parecer dos outros, sem referir tudo aos próprios interesses, e estejam prontos a colaborar com lealdade e união de forças (grifo nosso), no que for bom por sua natureza ou redutível ao bem (MM 239).

A questão é retomada de maneira mais explícita e aberta na *Pacem in Terris* (157-160), afirmando o dever de os católicos se empenharem na busca da justiça e da paz, tendo para tanto que cooperar com pessoas com outras concepções de vida, militando nos mais diversos espectros políticos:

A aplicação delas (linhas doutrinárias) oferece, por conseguinte, aos católicos vasto campo de colaboração tanto com cristãos separados desta Sé Apostólica, como com pessoas sem nenhuma fé cristã, nas quais, no entanto, está presente a luz da razão e operante a honradez natureza... (PT 157).

Prossegue a Encíclica com a distinção que se mostrou cada vez acertada e liberadora. O Papa propõe que se distinga o erro, da pessoa que erra e, sobretudo, os movimentos sociais e sua evolução histórica das ideologias que os inspiraram:

158. Não se deverá jamais confundir o erro com a pessoa que erra, embora se trate de erro ou inadequado co-

nhecimento em matéria religiosa ou moral. A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa nem perde nunca a dignidade do ser humano e, portanto, sempre merece estima. Ademais, nunca se extingue na pessoa humana a capacidade natural de abandonar o erro e abrir-se ao conhecimento da verdade. Nem lhe faltam nunca neste intuito os auxílios da Divina Providência. Quem, num certo momento de sua vida, se encontra privado da luz da fé ou tenha aderido a opiniões errôneas, pode depois de iluminado pela divina luz, abraçar a verdade. Os encontros nos vários setores da ordem temporal, entre católicos e pessoas que não têm fé em Cristo ou têm-na de modo errôneo, podem ser para estes ocasião ou estímulo, de chegarem à verdade.

159. Além disso, cumpre não identificar falsas idéias filosofias sobre a natureza, a origem e o fim do universo e do homem, com movimentos históricos de finalidade econômica, social, cultural ou política, embora tais movimentos encontrem nessas idéias filosóficas a sua origem e inspiração. A doutrina, uma vez formulada, é aquela que é, mas um movimento, mergulhado como está em situações históricas em contínuo devir, não pode deixar de lhes sofrer o influxo e, portanto é suscetível de alterações profundas. De resto, quem ousará negar que nesses movimentos, na medida em que concordam com as normas da reta razão e interpretam as justas aspirações humanas, não possa haver elementos positivos, dignos de aprovação.

160. Pode, por conseguinte, acontecer que encontros de ordem prática, considerados até então inúteis, possam vir a ser amanhã, verdadeiramente frutuosos. Decidir se já chegou tal momento ou não, e estabelecer em que modos e graus se hão de conjugar esforços na demanda de objetivos econômicos, sociais, culturais, políticos, que se revelem desejáveis e úteis, para o bem comum, são problemas que só pode resolver a virtude da prudência, moderadora de todas as virtudes, que regem a vida individual e social. No que se refere aos católicos, compete tal decisão, em primeiro lugar, aos que ocupam cargos responsabilidade nos setores específicos da convivência, em que tais problemas ocorrem, sempre, contudo, de acordo com os princípios do direito natural, com a doutrina social da Igreja e as diretrizes da autoridade eclesiástica (PT 158-160).

Em termos **econômicos e sociais**, a novidade da MM foi trazer para o horizonte da questão social, até então, praticamente identificada com a questão operária, os graves problemas do setor agrícola e dos trabalhadores do campo; o grito dos que passam fome, a dificuldade do acesso à terra para os que nela trabalham, os desequilíbrios entre a agricultura, a indústria e os serviços e ainda as injustas disparidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, vistas como grave ameaça à paz mundial. O tema será amplamente reto-

mado e desenvolvido seis anos depois por Paulo VI, na Encíclica *Populorum Progressio*, expresso de maneira lapidar na frase tantas vezes repetida: “O desenvolvimento é o novo nome da paz”⁵.

Levantando-se a questão das limitações da encíclica, vistas a partir de hoje, a mais flagrante talvez, seja sua posição no campo da demografia e da família e na questão do meio ambiente.

Ao tratar do primeiro tema, a Encíclica minimiza o desequilíbrio entre o crescimento da população e os meios de subsistência, dizendo:

A bem dizer, no plano mundial a relação entre o aumento demográfico e os meios de subsistência não cria graves dificuldades, seja no momento, seja em um futuro próximo (MM 188).

A Encíclica apostava que o progresso científico e técnico seria capaz de cobrir a demanda por alimentos e outros bens por parte de uma crescente população mundial. Aposta errônea, pois hoje mais de um bilhão de pessoas segue padecendo de fome crônica, embora não fosse de todo disparatada sua previsão. Com efeito, os rendimentos agrícolas mais que triplicaram em muitos lugares, com a extensão da irrigação, o uso de sementes

melhoradas, de técnicas de correção e conservação do solo, utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas, aplicação da genética na melhoria dos rebanhos e na produção de carne, leite, ovos, etc. Por outro lado, agravou-se a escassez de água doce, visto que a agricultura e pecuária são responsáveis por mais de 85% do seu uso e aumentou enormemente a contaminação do solo, do ar e das águas, plantas, animais e seres humanos pelos agrotóxicos. O uso de organismos geneticamente modificados elevou os riscos para a saúde humana. O controle da cadeia produtiva por parte das grandes multinacionais do agronegócio que produzem sementes transgênicas, fertilizantes e defensivos agrícolas prejudicou ou mesmo alienou a agricultura familiar. Sementes híbridas e geneticamente modificadas vêm provocando o desaparecimento da diversidade genética e das sementes caboclas e dificultando o cultivo de produtos orgânicos livres de agrotóxicos. Por sua vez, a produção de alimentos é hoje suficiente para alimentar com folga toda a humanidade, mas o acesso aos mesmos por parte de todos é travado pelo seu alto custo, pela especulação no mercado futuro dos alimentos convertidos em “commodities”; pela disparidade de renda e pela pobreza de muitos consumidores;

⁵ Este é o título da última parte da Encíclica, que começa com o número 76. Cfr. Paulo VI, *Populorum Progressio*. Roma, 26-03-1967.

por protecionismos, por dificuldades de transporte e armazenamento ou ainda por embargo político, como o que pesa sobre Cuba ou a Faixa de Gaza.

Ao tratar do planeta terra, a Encíclica afirma:

Além disso, Deus, em sua bondade e sabedoria, ao mesmo tempo em que espalhou pela natureza, uma capacidade quase inesgotável de produzir, dotou o homem de inteligência arguta para que, servindo-se dos meios técnicos adequados, possa transformar os produtos naturais, a fim de satisfazer as exigências e necessidades de sua vida (MM 190).

Visão ingênua esta sobre a capacidade inesgotável da terra, hoje sobre-explorada e incapaz de refazer-se da degradação a que foi submetida.

É certo que um pouco mais adiante, ao retomar o tema do “crescei e multiplicai-vos” e do “povoi a terra e dominai-a”, a Encíclica introduz uma advertência explícita:

O segundo desses mandamentos, longe de ter em vista a destruição das coisas, destina-as, ao contrário, à utilidade da vida humana (MM 197).

Frente à questão demográfica minimizada pela Encíclica, apenas quatro anos depois, o Concílio Vaticano II, tomou posição em favor da paternidade e maternidade responsáveis, admitindo que os esposos “podem

achar-se em circunstâncias em que, ao menos, por certo tempo, o número de filhos não deve crescer” (GS 360) e que os governos, dentro dos limites da ética, carregam responsabilidades nesse campo. O Concílio faz ainda apelo aos cientistas, tendo em vista o controle da natalidade:

Os especialistas em ciência, mormente biológicas, médicas, sociais e psicológicas, podem contribuir grandemente para o bem do matrimônio e da família e a paz das consciências, se, mediante estudos comparados, se esforçarem por esclarecer mais profundamente as condições que favorecem a honesta regulação da procriação humana (GS 367).

Muitas das perspectivas e portas abertas pelo Concílio foram assumidas pela Encíclica *Humane Vitae* (1968), na sua primeira parte, em que coloca o amor conjugal e o mútuo afeto entre os cônjuges como o centro do matrimônio, amor ao mesmo tempo fecundo e responsável. Apela para uma paternidade e maternidade responsáveis. Trava, porém, a utilização dos meios chamados “artificiais” de controle da fecundidade e, mais especificamente, da pílula anticoncepcional, considerando legítimo apenas o recurso aos períodos infecundos da mulher. A *Humanae Vitae* trouxe conflitos de consciência para muitos casais, mas provocou, em seguida, um gradativo e silencioso afastamento de suas

normas, comprovado pelo o crescente uso dos meios contraceptivos pela população em geral, incluindo-se os casais católicos praticantes.

Que impactos a encíclica provocou no Brasil, em seu contexto político, econômico, eclesial e social de então (período pré-ditadura, ligas camponesas, reforma agrária, legalidade etc.), especialmente nas questões da propriedade, da terra e do bem comum?

O país vivia grande efervescência no início dos anos 60, com a inauguração de Brasília, do breve e agitado governo de Jânio Quadros que condecorara Che Guevara e cujo vice-presidente, João Goulart, encontrava-se na China, quando de sua renúncia; inflação galopante e recessão econômica, tanto mais desconcertante quanto o país havia experimentado décadas seguidas de constante crescimento econômico.

A intensa repercussão da encíclica de João XXIII no Brasil e sua pronta recepção pela Igreja local, em que pesem as polêmicas e divisões que suscitou na sociedade e na própria Igreja, só são compreensíveis à luz de três considerações relativas à Encíclica, ao país e à Igreja.

Quanto à encíclica, esta aborda dois problemas até então mantidos na sombra da doutrina social da Igreja, mas que se encontravam no centro do momento histó-

rico brasileiro: o do subdesenvolvimento e o da questão social no campo. Juscelino Kubitschek (1956-1960) havia convocado a nação a superar seu atraso econômico, crescendo 50 anos em 5. O país cresceu, modernizou-se aceleradamente, mas ao mesmo tempo colocou a nu o profundo empobrecimento do campo, chamado a favorecer a acumulação do capital industrial e a fornecer alimentos a baixo preço para as massas que migraram para as cidades. Aumentaram também as diferenças regionais entre o sul industrializado, urbanizado e enriquecido e um nordeste abandonado e empobrecido. O exemplo explosivo de Cuba e de sua revolução, expropriando os grandes latifúndios e entregando terra aos camponeses repercutiu profundamente no nordeste canavieiro, onde se viviam situações semelhantes de miséria e opressão no campo.

É no contexto, pois, da rápida radicalização no campo e no cenário político urbano, frente ao problema do sub-desenvolvimento e de suas saídas e de crescente envolvimento da Igreja brasileira nos embates sociais, que chega a encíclica *Mater et Magistra*.

Três episódios permitem colher o clima e as condições em que se dá a recepção da MM na sociedade brasileira e na Igreja. Todos buscam valer-se da palavra do Papa para legitimar posições cada vez mais antagônicas no campo social e político:

1. Os textos pontifícios eram tradicionalmente publicados no país pela Editora Vozes de Petrópolis. A MM sai também publicada por editoras leigas, como a José Olympio, em dois formatos, um popular e outro em dois volumes, com amplos comentários. A encíclica é ainda publicada em jornais de grande circulação e por sindicatos. Conhece ademais edições financiadas por grupos diametralmente opostos no espectro político, por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e líder do PTB e pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Sob uma fachada inocente de estudos sociais, o IPES patrocinava a desestabilização do Governo João Goulart. Tentava aglutinar setores importantes do empresariado, tanto nacional quanto internacional e atrair setores da Igreja, das universidades, da grande imprensa e de sindicatos não combativos. Trabalhou intimamente com a CIA e a Embaixada norte-americano, financiando campanha eleitoral de candidatos anti-comunistas através do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e preparando o golpe de 1964 que levou o país a sofrer 21 anos de ditadura militar. O IPES foi também um dos responsáveis por preparar projetos “alternativos” de reforma agrária, destinados apenas a bloquear a tramitação do projeto de reforma agrária do Governo Goulart.

Inversamente, no RS, o governador Leonel Brizola, empenhado em iniciar a reforma agrária no seu estado, face às hesitações e tergiversações do congresso nacional, onde a maioria conservadora bloqueava a sua discussão e aprovação, mandou imprimir e distribuir largamente o texto da MM, utilizando-o em sua campanha pela reforma agrária no estado.

2. Enquanto o centenário jornal “O Estado de São Paulo”, tradicional defensor dos interesses da grande propriedade rural e depois industrial e financeira, dizia que a MM consagrava a inviolabilidade do direito de propriedade e por isso condenava a reforma agrária, camponeses sem terra do Rio Grande do Sul, em número de 5 mil, armavam um grande acampamento em terras públicas no município de Sarandi, Ali, ergueram um grande crucifixo de madeira e levantaram faixas com os dizeres: “Acampamento João XXIII. Somos cristãos. Queremos terras”⁶.

3. Em 1960, reagindo à tímida regulação agrária (como foi chamada) de Carvalho Pinto no governo paulista, que alocava pequenos lotes de terras públicas ociosas a trabalhadores rurais sem terra, dois bispos, Dom Antônio de Castro Mayer de Campos, RJ e Dom Geraldo Proença Sigaud, na época, bispo de Jacarezinho, PR e,

⁶ BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 71.

posteriormente, arcebispo de Diamantina, MG, reagiram fortemente contra. Escreveram, com o conhecido fundador da TFP (Tradição, Família e Propriedade), Plínio Correa de Oliveira, e com o economista de associações patronais, Luiz Mendonça de Freitas, o alentado volume: *Reforma Agrária: Questão de Consciência*⁷. O livro descreve toda e qualquer reforma agrária, que tocasse a propriedade da terra, como programa intrinsecamente socialista e anti-cristão. O arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes, reagiu à publicação do livro, interpelando os autores, para que explicitassem qual seria a “reforma agrária de inspiração cristã” que estes se diziam dispostos a apoiar. Denunciava, ao mesmo tempo, sua “preocupação absorvente de ver ‘socialismo’ em quase tudo”⁸. Dom Castro Mayer respondeu longamente ao arcebispo, reiterando seus pontos de vista⁹. Dom Fernando voltou a responder-lhe, valendo-se desta vez da recém-publicada MM e buscando colocar um ponto final na polêmica:

“Quanto às outras considerações do artigo... temos, para júbilo de todos, a palavra autorizada e esclarecedora do Santo Padre, João XXIII, na recente encíclica MM. Que mais poderíamos dizer? Nela, o caminho seguro para a solução dos problemas sociais de nossa época. Nela, em termos altos e definidos, os princípios de uma Reforma Agrária Cristã”¹⁰.

Na prática, a MM deu vigoroso impulso à linha de compromisso social da Igreja do Brasil e, de modo particular, ao seu crescente engajamento nas questões relativas à reforma agrária, à sindicalização rural e à educação de base no campo¹¹.

A 05 de outubro de 1961, a Comissão Central da CNBB publicou declaração programática, tomando por base a MM e aplicando-a à realidade brasileira.

Após manifestar seu regozijo pela publicação da encíclica, diz que a mesma era “oportuna para o mundo e oportuníssima para o caso especial do Brasil”¹².

⁷ OLIVEIRA, Plínio Correa e FREITAS, Luiz Mendonça de. *Reforma Agrária: Questão de Consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1960.

⁸ GOMES, Dom Fernando, Reforma Agrária in REB 21, FASC. 2, junho de 1961, pp. 387-390.

⁹ CASTRO MAYER, Dom Antônio, As objeções do Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo de Goiânia, in REB 21, fasc. 3, set. 1961, pp. 661-668.

¹⁰ GOMES, Dom Fernando, As omissões do livro, in REB 21, set. 1961, pp. 669-671.

¹¹ Para avaliação diametralmente oposta entre si acerca desse compromisso, cfr. FLORIDI, Ulisse Alessio, *O radicalismo católico brasileiro. Para onde vai o catolicismo progressista no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Hora Presente. 1973 e ALMEIDA, Candido Mendes de, *Memento dos Vivos – A esquerda católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

¹² CNBB, A Igreja e a situação no meio rural brasileiro – Declaração de 05-10-1961, in REB 21, fasc. 4, dez. 1961, pp. 950-953.

Do conjunto dos temas tratados na Encíclica, a CNBB volta-se exclusivamente para o meio rural:

[...] cuja situação é grave e que mereceu todo um longo capítulo da Encíclica, a propósito de 'exigências de justiça em relação aos setores de produção'. Dele extraímos um roteiro de atividades que, para os católicos, é um programa ideal, mas que é válido para todos, independentemente de religião¹³.

A Declaração repassa, resumidamente, os principais tópicos da Encíclica, para concluir com dois blocos de recomendações especiais, voltadas para a situação brasileira:

Na esperança de ver, quanto antes aplicadas a nosso meio rural essas diretrizes, merecem-nos recomendações especiais, os seguintes movimentos:

– **Ação Católica Rural** (ACR), a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Liga Agrária Católica (LAC) são dignas de apoio prioritário, traduzido em tempo, interesse e sacrifício. São, por excelência, a presença de Cristo entre os trabalhadores do campo. Ajudar a afirmar a Ação Católica Rural e assegurar ao meio rural mística bastante forte para contrabalançar e superar a mística comunista.

– **Sindicalização Rural**. A experiência iniciada no Nordeste, de formação de líderes para a sindicalização

rural é digna de ser estendida a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas com segundas intenções.

O Secretariado Geral de nossa Conferência está apto a fornecer aos Bispos interessados pelo assunto todos os dados necessários.

– **Frentes Agrárias**. Sugerimos à dioceses rurais que acompanhem, com o mais vivo interesse, a experiência das Frentes Agrárias surgidas no Paraná e no Rio Grande do sul. Talvez, um dia, se possa pensar na articulação nacional das Frentes.

– **Movimento de Educação de Base**. Para a divulgação do Roteiro de atividades, como para expansão da JAC, da sindicalização Rural e das Frentes Agrárias, o instrumento providencial que temos em mãos é o Movimento de Educação de Base (MEB), através de Escolas Radiofônicas. Reiteramos nossa confiança no MEB e estamos certos de que, sem educação de base, será vão o esforço de mera recuperação econômica, por mais aparato técnico de que se revista o planejamento.

– **Planejamento apostólico**. A Comissão Central da CNBB vê, com o maior interesse, as experiências pastorais que se realizam em diversas diocese, dentro da prudência e do zelo apostólico, adaptadas às exigências da hora atual¹⁴.

¹³ Ibidem, p. 951.

¹⁴ Ibidem, pp. 951-952.

Por outro lado, o documento não esconde sua preocupação com a movimentação dos partidos de esquerda, ao arrepio do tradicional controle da Igreja sobre as populações rurais. Alarmava-se com o sucesso das Ligas Camponesas de Francisco Julião na zona canavieira de Pernambuco e dos estados vizinhos no Nordeste e denunciava improvável movimento guerrilheiro na região:

Em face da expansão comunista no meio rural.

Os comunistas, no campo ou na cidade, não se interessam realmente pelas soluções. Ao contrário, para eles, quanto pior melhor.

Mas o fato grave que denunciemos é que os agitadores vermelhos, em várias frentes, se preparam para a tática de guerrilhas, de acordo com os melhores exemplos cubanos e chineses.

Assim, como não podemos parar no mero anticomunismo, simplista e contraproducente, não podemos ser ingênuos a ponto de entregar-nos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais (alusão às divergências quanto ao trabalho da SUDENE no Nordeste – nota do autor), esquecidos da retaguarda e dos flancos invadidos pelos guerrilheiros. “Em cada diocese, cabe à perspicácia do Pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho¹⁵.

Os bispos, ao mesmo tempo em que se posicionam claramente pelas reformas e pelo compromisso da Igreja em sua efetivação, vêem todos os perigos subirem pelo lado da esquerda. É interessante notar que, na mesma época, o principal líder do laicato católico apontava as nuvens que se acumulavam noutra direção, com prenúncios de golpe pela direita:

Ora, quem procura combater a miséria, transformar o regime latifundiário num regime de propriedade rural mais bem distribuída, atender ao que há de justo nos programas socialistas ou comunistas, por em prática a *Mater et Magistra* e a *Pacem in Terris*, neutralizar a ação de certos líderes, incorporando-os a um esquema “reformista” do Governo, está fazendo o oposto do que convém aos totalitários sejam comunistas, sejam neofascistas (...). O perigo neofascista no Brasil, como proclamo há muito tempo, é mais premente do que o perigo comunista¹⁶.

A encíclica, que havia tirado as questões ligadas ao secular problema do latifúndio e da exploração dos trabalhadores no campo de manifestações isoladas, como a do Bispo de Campanha, Dom Inocêncio Engelke, com sua pastoral de 1950, “Conosco, sem nós ou contra nós,

¹⁵ Ibidem, p. 953.

¹⁶ AMOROSO LIMA, Alceu, *Revolução, Reação ou Reforma*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1964, 2ª. Ed. revista, p. 121.

se fará a Reforma Rural”, ou de pronunciamentos regionais, como o do episcopado paulista de 05 de dezembro de 1960, acabou trazendo-as para um amplo debate nacional, como vimos acima¹⁷.

Ensejou também a mais contundente manifestação do Episcopado Brasileiro sobre o tema, preparada para o dia 1º de maio de 1963, logo depois da publicação da *Pacem in Terris* e que abaixo transcrevemos:

Ninguém pode desconhecer a situação de milhões de nossos irmãos que vivem nos campos, sem poder participar dos benefícios do nosso desenvolvimento, em condições de miséria que constituem uma afronta à dignidade humana. Sabemos que o simples acesso à terra não é solução cabal para o problema. Mas o julgamos inadiável para a realização do direito natural do homem à propriedade (*Pacem in Terris*), medida a ser concomitantemente tomada, segundo as condições peculiares das diversas regiões do País, com outras de ordem educacional, técnica, assistencial e creditícia. Para a realização desse imperativo, a desapropriação por interesse social não contraria em nada a doutrina social da Igreja, mas é uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura brasileira, a função social da propriedade

rural. Evidentemente, esta desapropriação, que visa a garantir o exercício do direito de propriedade ao maior número, não pode desprezar e destruir este mesmo direito. Daí a necessidade da justa indenização, que deverá ser feita dentro dos critérios da justiça, atendendo às possibilidades do país e às exigências do bem comum. Não cremos constituir um atentado contra o direito de propriedade uma indenização total ou parcialmente em dinheiro ou em títulos da dívida pública., dando-se a estes títulos as garantias de revalorização, de vencimentos e de poder liberatório pelos quais constituam uma adequada compensação pelos bens desapropriados.

Não cabe, entretanto, a nós definir que fórmula, poderá melhor responder às condições atuais da realidade brasileira. Lembramos que, na consecução do objetivo visado, é responsabilidade grave da União e dos Estados dar exemplo e estímulo, começando, desde já, com a distribuição equitativa de suas terras, quando não constituírem reservas patrimoniais, como no caso das reservas florestais preservadoras da flora, da fauna e dos mananciais de água e do regimen das chuvas e do clima ameno. Nem menos urgente é a utilização imediata de latifúndios

¹⁷ Cfr. *Pastoral da Terra*. Estudos da CNBB 11. São Paulo: Edições Paulinas, 1977 2ª. Ed. revista e ampliada. Neste volume, encontra-se publicada a Pastoral de Dom Inocêncio Engelke (pp. 43-53), e a Declaração dos 21 arcebispos e bispos do Estado de São Paulo (pp. 103-112), assim como outros documentos da Igreja do Brasil relativos às questões da terra.

improdutivos, seja através de uma pesada tributação, seja através de sua repartição oportuna.

Fazemos, porém, uma grave advertência aos responsáveis pelo problema da reforma agrária, que no desempenho de suas funções nunca se deixem levar por paixões pessoais ou políticas, mas tenham sempre em vista os imperativos indeclináveis do bem comum.

Toda nova ordem que se deseja para o meio rural deve obedecer ao princípio “de que os promotores do desenvolvimento econômico, do progresso social, do soerguimento cultural nos meios rurais devem ser os próprios interessados, os agricultores” (*Mater et Magistra*).¹⁸

Ao admitir que as desapropriações de terra não precisassem ser pagas, no ato e em dinheiro, como exigiam estridentemente os grandes proprietários, inclusive de terras ociosas e mantidas a título de especulação imobiliária, mas que estas podiam ser indenizadas em títulos da dívida agrária e a longo prazo, a CNBB se colocava ao lado dos que tentavam viabilizar a reforma agrária desenhada pelo Governo Goulart e ameaçada tanto pela ferrenha oposição ideológica, quanto pela falta de recursos imediatos.

Como ela foi recebida também por parte da Igreja latino-americana e brasileira? Houve algum tipo de apro-

fundamento regional das questões evocadas no texto papal por parte da Igreja junto aos governos?

Na Igreja latino-americana as reações não foram, nem podiam ser uniformes. O México já havia passado pela revolução camponesa de Emiliano Zapata, em 1910 e pela reforma agrária de Lázaro Cárdenas na década de 30, com a Igreja sendo mantida longe das questões sociais, desde a violência anti-religiosa do governo de Plutarco Elías Calles (1924-1928) e dos acordos que se seguiram ao levante Cristero; Bolívia havia conhecido sua revolução camponesa e a reforma agrária, em 1953. Na década de 60, à raiz da revolução cubana, por toda a América Latina o tema da reforma agrária estava entrando na agenda social e política dos movimentos sociais e partidos políticos, mas também das Igrejas. Neste clima, foi intensa a repercussão da *Mater et Magistra* e, em todo o continente. Ela plantou as sementes do amplo movimento de apoio da Igreja aos movimentos camponeses e indígenas que ganhou corpo com Medellín, em 1968. No Brasil, a herança mais fecunda da *Mater et Magistra* encontra-se em algumas tomadas de posição da Igreja, tanto imediatas, quanto de médio e longo prazo. De imediato, aconteceu um vigoroso empenho pela criação dos

¹⁸ Mensagem da Comissão Central da CNBB. Rio de Janeiro, 30-04-1963. Apud, *As Encíclicas Sociais de João XXIII*, op. cit. pp. 636-637.

sindicatos de trabalhadores rurais por todo o país. Logo depois, sob o impulso da Encíclica, do Concílio e, dentro dele, do grupo da *Igreja dos Pobres*, vários bispos do Brasil decidiram entregar as terras que a Igreja possuía em suas dioceses a lavradores sem terra. Assim, o arcebispo de São Luiz do Maranhão, Dom José de Medeiros Delgado; o bispo da diocese de Barra, BA, Dom Tiago Cloin e o arcebispo de Olinda-Recife, PE, Dom Helder Camara. Em terras da arquidiocese, Dom Helder montou a *Operação Esperança*, com o apoio da Comunidade de Taizé na França, para que os lavradores, junto com a terra, recebessem educação de base, assistência técnica para o plantio e para a criação de uma cooperativa voltada para a comercialização dos produtos e compra coletiva dos insumos. Em relação à dramática situação de posseiros, das populações indígenas e ribeirinhas da região amazônica, frente ao avanço truculento do latifúndio financiado com dinheiro público e isenções fiscais, promovendo ainda despejos violentos e submetendo as pessoas ao trabalho escravo, levantou-se a voz profética da Prelazia de São Felix do Araguaia. Tornou-se um marco referencial a

Pastoral de seu bispo, Dom Pedro Casaldáliga, ao tomar posse como prelado: *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social (1971)*¹⁹. A médio e longo prazo, o fruto mais abrangente e amadurecido chegou com a criação e os trabalhos da CPT (Comissão Pastoral da Terra), fundada em junho de 1975 e no documento corajoso do conjunto dos bispos da CNBB, inovador, em termos de doutrina social da Igreja, *A Igreja e os problemas da terra* (1980). Ali, se introduz a distinção entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, ao lado da “terra comunitária” dos povos indígenas e se proclama o apoio da Igreja às iniciativas e organizações dos trabalhadores e dos seus movimentos, assim como à reforma agrária e à mobilização dos trabalhadores para exigirem sua aplicação²⁰.

A MM foi publicada alguns meses antes da convocação do Concílio Vaticano II, em dezembro do mesmo ano. Que aspectos a encíclica já prediz ou destaca a respeito dos debates que ocorreriam no Concílio diante dos desafios desse período histórico e eclesial?

¹⁹ CASALDÁLIGA, Pedro, *Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social* (10-10-1971), in SEDOC 4, fev. 1972, pp. 955-984. No SEDOC, não foi publicada a parte da Pastoral intitulada “Documentação”. O texto completo pode ser encontrado: in EXTRA 3, Ano I, no. 3, fev. 1977, pp. 37-46.

²⁰ CNBB, *A Igreja e problemas da terra*. Documentos CNBB 17. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

A Encíclica feriu muito dos temas que foram posteriormente discutidos e aprofundados no Vaticano II. A tomada de posição da *Gaudium et Spes* sobre o acesso à terra nos países mais pobres, inspira-se diretamente na *Mater et Magistra*:

Em muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem grandes ou também extensíssimas propriedades rurais, pouco cultivadas, ou sem cultura alguma, à espera de valorização, enquanto a maior parte do povo não tem terra ou dispõe somente de parcela mínimas, e, por outra parte, o desenvolvimento da produção nos campos se apresenta de urgência evidente. Não raro, os que contratados pelos donos para o trabalho, ou que cultivam uma parte a título de locação, recebem somente um salário ou produção indignos do homem, são privados de habitação decente e são explorados pelos intermediários. Sem segurança alguma, vivem debaixo de tal servidão pessoal, que lhes é tirada quase toda a possibilidade de iniciativa e responsabilidade, sendo-lhes proibida qualquer promoção cultural humana e participação na vida social e política. Portanto, em vários casos, as reformas são necessárias para o crescimento das remunerações, o melhoramento das condições de trabalho, o aumento de segurança no emprego, o incentivo à iniciativa de trabalho e, também, a distribuição das terras insuficientemente cultivadas com aqueles que consigam torná-las mais produtivas. Em tal caso, devem

ser fornecidos os recursos e meios necessários, sobretudo os subsídios de educação e as possibilidades de uma justa organização de cooperativas. Todas as vezes que o bem comum exigir uma expropriação, deve ser estipulada indenização de acordo com a equidade, levando-se em conta todas as circunstâncias (GS 438).

Comparecem igualmente na *Mater et Magistra* e no Concílio, mormente na *Gaudium et Spes*, outros temas já levantados pela MM, como o do desenvolvimento, cujo critério e medida primeira é o serviço prestado aos homens (MM 166-174 e GS 417); o das exigências de justiça entre os países de desigual desenvolvimento econômico (MM 157-184 e GS 421-423), o da solidariedade internacional entre os povos (MM 158-160 e GS 505-507), o da questão demográfica entrelaçada com o desenvolvimento (MM 185-199 e GS 502-504) e vários outros, como a destinação universal dos bens, a função social da propriedade, já recorrentes na doutrina social da Igreja.

A partir das idéias defendidas na MM e em suas demais encíclicas, que avaliação o senhor faz da figura de João XXIII dentro do seu contexto histórico? Qual o significado do seu papado e seu legado?

João XXIII é figura maior para a virada de uma Igreja focada menos em si mesma e mais nas necessida-

des e angústias de toda a humanidade. Ao deslocar o esforço eclesial para estar atento aos sinais dos tempos e para e responder grito dos pobres, escapou da secular armadilha de que bastava enunciar a doutrina correta e condenar os erros, para se resolver os ingentes problemas da humanidade e da Igreja..

O seu papado foi capaz de convocar, abrir e colocar num bom rumo, o Concílio Vaticano II, o mais importante evento eclesial do século XX levado a bom termo por seu sucessor Paulo VI.

João XXIII inseriu a Igreja católica no amplo movimento ecumênico do século XX, abriu o diálogo com os judeus, com os crentes de outras religiões e com os não-crentes, na convicção de que todos os seres humanos fazem parte da mesma família de Deus e têm responsabilidades recíprocas.

Teve decidida atuação em favor da paz, superando os limites, insuficiências e falácias da assim chamada “guerra justa”, para proclamar com toda clareza que, diante das modernas armas químicas, biológicas nucleares que colocam em risco a sobrevivência da humanidade, nenhuma guerra pode ser considerada justa. Para proteger os fracos de agressões injustificadas pediu o reforço e aperfeiçoamento de instâncias internacionais de diálogo, mediação e superação dos conflitos.

Desde a publicação da MM até chegarmos à recente encíclica “*Caritas in Veritate*”, de Bento XVI, que também aborda essa temática, que avaliação o senhor faz do atual ensino social da Igreja? Que aspectos foram corrigidos, aprofundados e ultrapassados desde então? Que outras questões ainda merecem uma atenção maior, diante da contemporaneidade?

A 07 de julho de 2009 Bento XVI publicou, com quase dois anos de atraso em relação à data prevista, sua encíclica social sobre o “desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade”. Esta propunha comemorar os 40 anos da *Populorum Progressio* (1967-2007), e ao mesmo tempo retomar e atualizar seus grandes temas. O projeto entrou em compasso de espera frente à grave crise financeira iniciada em 2007 e precipitada em 2008, convertendo-se na mais grave crise econômica mundial desde o desastre de 1929. Provocou imediato desemprego nas economias centrais e depois nas periféricas, com aumento dos preços dos alimentos e conseqüente recrutamento da fome no mundo.

Que Bento XVI tenha recordado na *Caritas in Veritate* que ‘a fome ceifa ainda a vida de muitíssimos Lázarus impedidos de sentar-se à mesa... do rico epulão’ (CV 27), que a reforma agrária siga sendo urgente; que o acesso à alimentação e à água sejam direitos universais

de todos os seres humanos sem distinção ou discriminações (CV 27) não é nenhum pleonasma”, comentava Il Regno no seu editorial de apresentação da encíclica²¹. Recordou ainda o Papa que “*Dar de comer aos famintos* (cf. Mt 25, 35.37.42) é um imperativo ético para toda a Igreja, que é resposta aos ensinamentos de solidariedade e partilha do seu Fundador, o Senhor Jesus. Além disso, eliminar a fome no mundo tornou-se, na era da globalização, também um objectivo a alcançar, para se preservar a paz e a subsistência da terra (CV 27).

O Papa reafirmou também o papel reitor da política na esfera econômica, que não pode ser deixada ao sabor das leis cegas do mercado, sem nenhum controle da parte do Estado, e muito menos subtrair-se às exigências da ética, (CV 39 e 45 a 48), ao dever da cooperação internacional e da solidariedade (CV 47). Suas referências deviam ser, de um lado, o bem comum e, de outro, a centralidade da pessoa humana e do seu bem estar material e espiritual (CV 47).

Sublinhou o Papa a necessidade de um sistema global com três sujeitos, *o mercado, o Estado e a sociedade*, sem a atual ditadura imposta pelo mercado, em particular o financeiro, que opera sem qualquer referência às

necessidades humanas mais prementes ou ao bem comum da humanidade (CV 38).

Sua novidade maior encontra-se na IV parte, em que aborda o tema da relação dos seres humanos com a natureza e a grave crise ambiental em que está mergulhado o planeta (CV 49-52). Muitos ambientalistas consideraram, entretanto, que o tratamento dado à temática ficou aquém da gravidade e urgência do aquecimento global e de outros desequilíbrios e desastres ambientais.

O tema não fazia ainda parte da agenda global nem da sociedade nem da Igreja, quando foi escrita a *Mater et Magistra*, em 1961.

Logo depois, em 1972, o Clube de Roma publicou o seu Relatório “Os limites do crescimento”. O relatório tratava de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade, tais como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. Vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas, tornando-se o livro mais vendido da história sobre as questões ambientais. Colocou na agenda internacional o tema do desenvolvimento sustentável, além de sua controvertida proposta, hoje tão debatida, de “crescimento zero”.

²¹ Editoriale – Benedetto XVI, Lettera encíclica Caritas in Veritate. Il REGNO – Attualità, 14/2009, p. 433.

Além da questão ambiental há uma segunda que vem se tornando crucial, a das migrações. A demanda dos mercados e dos países centrais do capitalismo globalizado por livre circulação de bens, mercadorias, serviços e ativos financeiros vem acompanhada, entretanto, por imposição inversa e de sinal trocado. Estabelecem-se, cada vez mais, restrições e entraves à livre circulação das pessoas e de seus familiares. Barreiras legais e mesmo físicas, com a construção de cercas elétricas e muros de concreto nas fronteiras entre países, acompanhadas de crescente xenofobismo e criminalização dos migrantes, vem sendo a resposta cruel à nova onda migratória mundial, provocada por guerras, desequilíbrios econômicos e, cada vez mais, secas, inundações, contaminações químicas e nucleares e outros desastres ambientais.

Finalmente, o tema da guerra e da paz necessita ser repensado com toda urgência. Há, de um lado, o terrorismo que não respeita alvos civis e ceifa vidas inocentes e, de outro, a “guerra ao terror” movida por governos que se arrogam o direito de agir acima e ao arripio de qualquer lei e limite, desrespeitando todas as convenções que protegem civis ou prisioneiros, em caso de guerra. As alegadas intervenções “humanitárias” vêm se tornando disfarce cínico e hipócrita para defesa de interesses e posições de poder, em vez de socorro desinte-

ressado a populações civis indefesas frente à brutalidade de estados sem lei, a limpezas étnicas ou mesmo a genocídios programados.

O que mais impressiona, entretanto, numa comparação entre as duas Encíclicas, é que a *Caritas in Veritate* não provocou, de modo algum, o impacto e o vivo debate suscitados em todo o mundo pela *Mater et Magistra*. A observação vale tanto para a opinião pública laica, quanto para os ambientes mais internos da Igreja Católica.

Não suscitou tampouco entusiasmos ou iniciativas que levassem a sério as graves questões ali levantadas. Neste sentido, mudaram o mundo, a Igreja e também o tom e a formulação de sua doutrina social, não necessariamente para melhor.

Deseja acrescentar algo?

A muitos passou provavelmente despercebida a proposta metodológica contida na MM. Na última parte, quando João XXIII passa para as sugestões práticas, traz uma surpreendente proposta:

236. Pois bem, para se por em prática a doutrina social, passa-se ordinariamente, por três etapas: em primeiro lugar, o estudo da real situação concreta; a seguir, atenta apreciação da mesma à luz dos princípios; finalmente, determinação do que se pode ou deve se fazer, a fim de que as normas dadas possam ser aplicadas, conforme os

tempos e os lugares. São os três momentos, habitualmente expressos com as seguintes palavras: *ver, julgar e agir* (grifo nosso) (MM 236).

Foi a primeira vez que um documento pontifício recomendou o método fecundo da JOC (Juventude Operária Católica) de Joseph Cardijn e que inverte o caminho até então seguido de se derivar da doutrina e não do atento exame da realidade, acompanhado pela reflexão bíblico-teológica e por propostas de ação.

Desta recomendação, avançou depois João XXIII em sua proposta, com o apelo para se estar atento aos “sinais dos tempos”, já que Deus nos fala no hoje da história e interpela-nos por meio da realidade e dos acontecimentos.

Para cada uma das quatro partes da *Pacem in Terris*, são apontados os respectivos “sinais dos tempos: 1ª. parte: 39-45; 2ª. parte: 75-78; 3ª. parte: 126-129; 4ª. parte: 142-145. Bem conhecidos ficaram os sinais do tempo que João XXIII alinhavou para primeira parte da Encíclica:

- 39. Três fenômenos caracterizam a nossa época.
- 40. Primeiramente a gradual ascensão econômico-social das classes trabalhadoras...
- 41. Em segundo lugar, o fato, por demais conhecido, do ingresso da mulher na vida pública...
- 42. Notamos, finalmente, que, em nossos dias, evoluiu a sociedade humana para um padrão social e político

completamente novo. Uma vez que todos os povos já proclamaram ou estão para proclamar a sua independência, acontecerá dentro em breve que não existirão povos dominadores e povos dominados.

43. As pessoas de qualquer parte do mundo são cidadãos de um Estado autônomo ou estão para o ser... (PT 39-43).

Finalmente, o método foi plenamente acolhido no Concílio, durante a elaboração da *Gaudium et Spes*, cujo próêmio é claro exemplo desta mudança de paradigma na reflexão teológica e na apresentação da doutrina, sempre subordinada à pastoralidade, objetivo último de toda ação da Igreja:

As alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração (GS 200).

Três anos mais tarde, na América Latina, todos os 16 documentos da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín (1968), assumiram esse itinerário metodológico, que foi logo depois seguido e amplamente aprofundado e teorizado pela Teologia a Libertação.

Cadernos Teologia Pública: temas publicados

- Nº 1 – *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- Nº 2 – *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- Nº 3 – *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- Nº 4 – *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- Nº 5 – *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- Nº 6 – *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- Nº 7 – *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- Nº 8 – *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- Nº 9 – *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- Nº 10 – *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- Nº 11 – *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- Nº 12 – *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- Nº 13 – *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- Nº 14 – *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- Nº 15 – *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- Nº 16 – *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- Nº 17 – *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- Nº 18 – *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess

- Nº 19 – *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- Nº 20 – *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- Nº 21 – *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- Nº 22 – *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- Nº 23 – *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- Nº 24 – *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- Nº 25 – *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 – *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 – *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 – *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 – *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 – *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 – *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 – *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 – *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 – *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 – *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 – *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 – *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 – *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 – *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 – *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 – *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 – *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi

- N. 43 – *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 – *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 – *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 – *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 – *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 – *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 – *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 – *“Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraudo, SJ
- N. 51 – *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elizabeth A. Johnson
- N. 52 – *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 – *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora



José Oscar Beozzo é padre, teólogo e coordenador-geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular - Cesep. Tem mestrado em Sociologia da Religião, pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, e doutorado em História Social, pela Universidade de São Paulo - USP. É coordenador geral do CESEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular) em São Paulo; vigário da Paróquia de São Benedito em Lins (SP); membro e ex-presidente da CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina) no Brasil e na América Latina (1974-2011). Foi assessor nacional das CEBs (1981-2001) e professor na pós-graduação da Faculdade de Teologia N.S. da Assunção (1982-2002). É professor de História da Igreja na América Latina na pós-graduação de Missiologia do Instituto Teológico São Paulo – ITESP.

Publicações mais recentes

A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: VOZES, 1996, 2. ed.

A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965. São Paulo: Paulinas; Rio: EDUCAM; Petrópolis: CAAL, Sobral: UVA, 2005

Tecendo memórias, gestando futuro – História das Irmãs Negras e Indígenas Missionárias de Jesus Crucificado – MJC (livro preparado em conjunto com Ir. Maria Raimunda R. Costa, Ir. Maria Fidêncio Espírito Santo e Ir. Geralda F. Silva). São Paulo: Paulinas, 2009.